



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011032-14.2015.8.26.0566/01**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Medida Cautelar**  
 Exequente: **Natacha Mendes Maia**  
 Executado: **JL Cestas Basicas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença em que a parte autora pretende receber o valor fixado a título de sucumbência.

Cientificada, a requerida apresentou "objeção de executividade" afirmando que em verdade a parte ré não se confunde com a sua pessoa jurídica, de São Carlos, sendo outra firma da cidade de Realengo, no Rio de Janeiro.

Em manifestação a exequente informou que não houve equívoco, apenas erro material quanto à indicação do CNPJ.

É o relatório.

Decido.

O feito se encontra pronto à análise, sendo desnecessárias quaisquer outras provas além das já juntadas.

A cautelar que deu início a este cumprimento foi direcionada à *JL Cesta Básica*, com endereço à rua Antonio Pirolla 21, Vila Alpes, Cep: 13570-323, São Carlos – SP, como se percebe pela fl. 01, do feito originário. A firma foi citada no endereço declinado, na pessoa de Clodoaldo da Silva Lima, não apresentando contestação (fls. 24/25 do feito inicial). Às fls. 34/35 foi proferida sentença julgando procedente o feito, com trânsito em julgado (fl. 38, da cautelar).

É bem verdade que na inicial e também agora no cumprimento, a autora citou como CNPJ da requerida o nº: 19.585.713/0001/92, e esse dado realmente diz respeito à *JL Cesta Básica de Realengo – RJ*. Ocorre que simples análise da inicial originária indica que a parte ora objetora teria negativado o nome da autora indevidamente, em cadastros de maus pagadores. Foi enviada notificação à requerida *JL Cesta Básica de São Carlos*, pelo correio, ao endereço desta cidade, como se observa às fls. 16/17 do feito principal.

Além disso, o documento de fl. 18, do feito original, indica que a anotação no SCPC se deu por determinação da "*JL Cesta Básica de São Carlos-SP*".

Evidente, portanto, que houve a indicação equivocada do CNPJ na inicial mas, em verdade, a ação realmente foi movida em face da correta pessoa jurídica, instalada nesta Comarca de São Carlos – SP, e não em outra cidade de outro estado.

Isto posto, **rejeito** a exceção.

**Anote-se o correto CNPJ da parte executada: 11.402.207/0001-09.**

Sem custas e honorários advocatícios, por se tratar de mero incidente.

Prossiga-se na execução.

P.R.I.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**  
Juiz de Direito  
(assinado digitalmente)

São Carlos, 24 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**